



Incêndios Rurais 2025 – Estão Abertas as Candidaturas ao Apoio Pecuário Extraordinário

Informamos que estão abertas até ao dia 17 de outubro as candidaturas ao «Apoio Pecuário Extraordinário», destinado aos produtores pecuários cujas explorações foram afetadas pelos incêndios rurais, a fim de mitigar os prejuízos causados, em particular, a destruição de pastagens destinadas

à alimentação de animais das espécies bovina, ovina e caprina.

O incentivo, tem uma dotação global de 543.000 €, e visa apoiar a aquisição de alimentação animal, encontrando-se previsto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto [pdf], e regulamentado pela Portaria n.º

289-A/2025/1, de 1 de setembro [pdf].

O apoio assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável, sendo o montante calculado de acordo com os seguintes valores:

- a) Bovinos das raças de vocação carne:
- i) 36 € por macho ou fêmea com idade igual ou superior a 24 meses, registados no SNIRA em nome do produtor no dia 1 de agosto de 2025:
- *ii)* 24 € por macho ou fêmea com idade inferior a 24 meses, registados no SNIRA em nome do produtor no dia 1 de agosto de 2025;











b) Ovinos e caprinos - 12 € por ovino ou caprino registado no SNIRA em nome do produtor no dia 1 de agosto de 2025.

A medida aplica-se ao território do continente e abrange as freguesias dos concelhos identificados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 126-A/2025, de 28 de agosto [pdf], correspondentes às áreas afetadas pelos incêndios.

Os beneficiários devem:

- -Deter CAE de produção agrícola ou pecuária
- Estar inscritos no Balcão dos Fundos

Para garantir a conformidade em sede de formalização da candidatura, é da máxima importância que, previamente à submissão da mesma, sejam confirmados todos os dados e elementos constantes do formulário de Identificação do Beneficiário (IB), com especial atenção para os seguintes campos:

- CAE deve estar preenchido e ser válido;
- NIB deve estar válido.

Os apoios previstos são concedidos de acordo com as condições previstas no Regulamento (UE) n.º 1408/2013, da

Comissão, de 18 de dezembro de 2013, na sua versão atual, referente aos auxílios de minimis no setor agrícola.

Caso o montante afeto às candidaturas aprovadas ultrapasse a dotação prevista, o pagamento a cada um dos beneficiários é objeto de redução proporcional entre os candidatos.

Abertura de Concursos para Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola

Informamos que no âmbito da intervenção D.1.1.1.1 – Pequenos investimentos na exploração agrícola, encontram-se abertos diversos concursos.

Os apoios previstos nesta intervenção, destinam-se aos seguintes fins:

a) Melhorar a capacidade produtiva, a viabilidade económica e a eficiência das explorações agrícolas, promovendo a adoção de práticas sustentáveis e tecnologias adequadas à escala local;











social dos territórios rurais, valorizando o papel ativo das explorações nas economias locais

Podem beneficiar de apoios as operações que tenham um investimento total igual ou superior a 2.000 euros e igual ou inferior a 50.000 euros.

Consulte a lista com os concursos disponíveis aqui

- b) Reforçar a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade ambiental da produção agrícola, com enfoque na inovação, digitalização e uso eficiente dos recursos naturais;
- c) Estimular a diversidade da produção agrícola, através da introdução de novas produções e valorização dos recursos endógenos;
- d) Valorizar a produção local, incentivando a sua certificação em regimes ambientais e de qualidade;
- e) Contribuir para a melhoria das condições de trabalho e segurança nas explorações agrícolas;
- f) Apoiar o reforço da coesão económica e

CANANI2026 – Manifestação de Intenção de Candidatura aos Regimes de Apoio Associado Animais e aos Apoios Ecológicos do Eixo A

Encontra-se disponível no Portal do IFAP o formulário para manifestação de intenção de candidatura aos **regimes de apoio associado** "animais" e aos apoios ecológicos do Eixo









A, que visam a promoção das boas práticas de eficiência alimentar, bem-estar dos animais e uso racional de antimicrobianos, para o ano de 2026.

Os beneficiários que manifestaram a intenção de candidatura aos regimes ecológicos no Pedido Único (PU) 2025 para o ano de 2026, têm de completar a sua candidatura com a indicação do(s) sector(es), da(s) marca(s) de exploração que pretendem candidatar e com o "upload" de documentos obrigatórios no âmbito de cada intervenção.

A aceitação das intenções de candidatura para 2026 aos regimes

ecológicos fica condicionada à submissão da Declaração da Intenção de Candidatura para 2026.

Este período de candidatura também se destina aos produtores que não apresentaram PU 2025 e que pre-

tendam apresentar candidatura pela primeira vez aos regimes de apoio para o ano de 2026.

O período para a submissão decorre de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025.

É possível a apresentação tardia do formulário até às 17:00 horas de 23 de janeiro de 2026 com penalização regulamentar de 1% por cada dia útil.

Para conhecimento disponibiliza-se:

- Manual do utilizador- [pdf]
- Listagem dos documentos obrigatórios no âmbito de cada intervenção [pdf]











DCP 2025/2026 -Declaração de Colheita e Produção

Informa-se que, nos termos da Nota n.º 10/2025 - Entrega da Declaração de Colheita e Produção (DCP) - 2025/2026 **[pdf]**, publicada pelo IVV, o período de submissão da DCP decorre entre 01 de outubro a 30 de novembro de 2025.

A apresentação da declaração de colheita e produção (DCP) constitui uma obrigação de

todos os Operadores Económicos que tenham colhido uvas e/ou tenham produzido mosto/vinho. Devendo os produtores de uvas deverão ter, no seu Registo Vitícola (RV), as parcelas de vinha exploradas.

A partir desta campanha, passa a ser possível declarar a quantidade de uvas colhidas por parcela.

O não cumprimento desta obrigação constitui infração punida nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de agosto, em conjugação com a alínea b) do artigo 18.º do Regime Jurídico











das Contraordenações Económicas (RJCE), previsto no DL n.º 9/2021, de 29 de janeiro.

ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE COLHEITA E PRODUÇÃO – 2025/2026

a) Anexo I da DCP disponibiliza as parcelas de vinha do Registo Vitícola

- Os Produtores de uvas deverão ter, no seu RV, as parcelas de vinha exploradas, devidamente atualizadas e identificadas com as respetivas aptidões.
- O sistema só permite a entrega da DCP (âmbito: Colheita), se as parcelas em exploração constarem do RV do Declarante.
- As Cooperativas / Vinificadores deverão certificar-se atempadamente que os seus Associados / Fornecedores têm a sua exploração devidamente atualizada no SIVV.

b) Declaração de Colheita– Uvas à Parcela

No âmbito da presente campanha, os Viticultores passam a poder **declarar** a quantidade de uvas colhidas por **produto** e por **parcela**

- Para cada produto, o Viticultor deverá indicar as parcelas de origem e associar a cada uma delas a respetiva quantidade de uvas (em kg).
- Caso não disponha dessa informação detalhada, poderá optar por uma distribuição a u t o mática das u vas colhidas, proporcionalmente à área em produção (ha) das parcelas selecionadas.

c) Adicionalmente, nas situações de venda ou entrega de uvas a terceiros, será solicitado ao Viticultor que indique o preço médio da uva (€/kg), discriminado por casta. Esta informação tem carácter estritamente confidencial e será utilizada apenas para efeitos estatísticos.





